



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º SEMESTRE DE 2016
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	5
PERSPECTIVAS PARA 2º SEMESTRE	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

1º SEMESTRE DE 2016**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA no cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresenta o Relatório e Contas relativo ao primeiro semestre de 2016, do qual constam o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Junho de 2016 e o respetivo Anexo. De referir que por se tratar de divulgação de informação intercalar a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por 100% da atividade do Grupo.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Junho de 2016:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica SGPSSA	Gestão Participações Sociais	2-fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de 2012, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa em 2013 quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

No semestre o impacto nos resultados do Grupo decorrentes do PER é de 874 mil euros relativos à atualização dos passivos a fornecedores e banca, e de 202 mil euros pela anulação dos respetivos impostos diferidos.

No primeiro semestre de 2016, a economia portuguesa cresceu cerca de 1% face ao ano anterior e 0,4% do primeiro para o segundo trimestre deste ano. Verifica-se no entanto uma desaceleração da procura interna que é compensada pelo desempenho positivo da procura externa em termos líquidos.

Apesar da melhoria da situação económica nos últimos meses, existem ainda alguns riscos associados à conjuntura internacional e às restrições orçamentais portuguesas que vão perdurar durante todo o ano de 2016.

Os sinais positivos registados nos últimos trimestres permitem antever que a trajetória tendencial da economia passe a ser positiva, mas com um ritmo lento.

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica, mantendo-se neste semestre a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas; também a nível de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais não se verifica uma inversão sustentada do ciclo recessivo.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em exercícios anteriores.

No primeiro semestre de 2016, comparativamente com o período homólogo, manteve-se a redução do nível de atividade com uma variação de -3,5%, o contributo para este desvio verifica-se essencialmente nas rubricas revistas e jornais.

A decomposição de vendas por tipo de produto no semestre, e em relação ao período homólogo, é a seguinte:

VENDAS POR TIPO DE PRODUTO

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. 15/16	Var. 15/16
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			Em €	Em %
Revistas	5.685	6.079	-394	-6,5%
Jornais/suplementos	1.649	1.848	-199	-10,8%
Catálogos e Folhetos	1.656	1.485	171	11,5%
Listas	104	142	-38	-26,8%
Outros	393	273	120	44,0%
TOTAL	9.487	9.827	-340	-3,5%

A nível de produção de cadernos, no formato A4 (1 caderno = 16 páginas) unidade de medida usada na indústria gráfica, regista-se uma estabilização face a idêntico período de 2015.

Como nos últimos exercícios, regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-27% no período); esta rubrica inclui a impressão das listas telefónicas para Portugal e estrangeiro (América Latina).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º SEMESTRE 2016/2015

DESCRIÇÃO <i>(Valores em Milhares de Euros)</i>	2016		2015		Var. 15/16 em €	Var. 15/16 em %
Vendas	9.487	96%	9.827	96%	-340	-3,5%
Outros Proveitos Operacionais	353	4%	371	4%	-18	-4,9%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	9.840		10.198		-358	-3,5%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	2.919	30%	3.004	29%	-85	-2,8%
Fornecimentos e S. Externos	2.767	28%	2.972	29%	-205	-6,9%
Custos Com Pessoal	2.847	29%	2.854	28%	-7	-0,2%
Amortizações e Ajustamentos	655	7%	1.166	11%	-511	-43,8%
Perdas de Imparidade	0	0%	-5	0%	5	-100,0%
Outros Custos Operacionais	94	1%	110	1%	-16	-14,5%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	9.282		10.101		-819	-8,1%
RESULTADO CORRENTE - €	558		97		461	475,3%
RESULTADO CORRENTE - %	5,7%		1,0%		4,7%	496,2%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-1.097		-764		333	43,6%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-539		-667		128	19,2%
EBITDA - €	1.213		1.258		-45	-3,6%
EBITDA - %	12,3%		12,3%		0,0%	

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Correntes no semestre atingem os 9,8 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros serviços prestados, repartição esta sem alterações nos últimos exercícios. Pelos motivos já indicados, regista-se uma variação de 3,5% comparativamente a idêntico período de 2015.

No entanto os Custos Correntes registam um decréscimo total de 8,1%, em resultado, das medidas de reestruturação que a empresa tem vindo a concretizar no âmbito do PER e do ajustamento na estrutura decorrente da redução verificada na atividade.

Os Custos/Proveitos Operacionais que são considerados não correntes (1.097 milhares de euros) incluem:

- custo relativo à atualização do valor de dívida do PER, de fornecedores e outras entidades, reportados ao final do trimestre, de 616 mil euros, as quais vão ser liquidadas em vários anos como definido no PER;

- custo com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho efetuadas e negociados no 1º semestre de 2016 no valor global de 481 mil euros;

O Resultado Corrente Consolidado (resultado decorrente das operações), apurado no primeiro semestre de 2016, regista uma melhoria significativa, atingindo um valor positivo de 558 milhares de euros. Inverte-se a tendência de resultados correntes negativos registada em anos anteriores e evidencia o novo ciclo de resultados positivos da empresa.

De destacar o comportamento positivo do Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) que se mantém em, aproximadamente, 1,2 milhões de Euros (que corresponde a uma margem de EBITDA de 12,3%).

No final do ano anterior o grupo tinha 216 trabalhadores e no final deste semestre o número diminuiu para 200.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º SEM. 2016/2015

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2016	2015	Var. 15/16 em €	Var. 15/16 em %
Resultados Correntes	558	97	461	475%
Resultados Operacionais	-539	-667	128	19%
Resultados Financeiros	-642	-970	328	34%
Imposto S/ Rendimento	193	221	-28	-13%
Resultados Líquidos	-988	-1.416	428	30%

Os resultados financeiros registam um aumento pelo facto de nos custos financeiros estarem incluídos 582 mil euros relativos ao valor de atualização do justo valor dos passivos bancários. Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados do primeiro semestre de 2016 mantêm-se negativos mas reduzem para os - 988 milhares de euros

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO - 2016/2015

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2016 1º Semt	31-dez 2015	Var. 15/16 em €	Var. 15/16 em %
Activos não Correntes	13.694	14.427	-733	-5%
Activos Correntes	7.398	6.941	457	7%
TOTAL ACTIVO	21.092	21.368	-276	-1%
Capital Próprio	-14.017	-13.029	-988	-8%
Passivo não Corrente	22.031	22.352	-321	-1%
Passivo Corrente	13.078	12.045	1.033	9%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	21.092	21.368	-276	-1%

As principais variações ocorridas são:

- Ativos não Correntes: diminuição de cerca de 5%, devido à redução do Imobilizado Líquido (Ativos Fixos Tangíveis), menos depreciações devido à alteração ocorrida em fins de 2015 (aumento da vida útil de alguns bens não totalmente amortizados) e não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);
- Ativos Correntes: a variação deve-se à evolução normal da atividade;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no período. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do semestre em 14.017 mil euros negativos;
- Passivo Global: a variação registada deve-se principalmente ao efeito contabilístico da reposição do valor nominal da dívida incluída no PER ao longo do seu período de vida (amortização).

Durante o semestre, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

A empresa está a aplicar e a concluir a implementação das medidas definidas no referido Plano.

PERSPETIVAS PARA SEGUNDO SEMESTRE

Na linha da evolução positiva do PIB registada nos últimos dois anos, prevê-se para este ano um ténue crescimento da economia portuguesa, entre 1,2 e 1,3%.

A sustentar a recuperação da economia portuguesa estão a retoma do consumo privado e do investimento. Estima-se ainda que as exportações continuem a contribuir de forma positiva para o crescimento da economia, embora para 2016 se antevê um crescimento inferior ao verificado nos dois últimos anos. No entanto, a recuperação económica vai ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental em curso desde o início do programa de apoio da troika.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra, os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que as recentes estimativas do comportamento do investimento publicitário apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2016 e em especial na imprensa escrita. Este facto vai condicionar o sector da imprensa com uma redução no número de páginas. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) nas quais se espera também uma ligeira redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, estima-se que para 2016 a faturação irá apresentar uma redução face ao verificado no exercício anterior. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção que se antevê para o próximo exercício.

O Grupo, através da implementação de medidas de reestruturação interna, prevê melhorar o desempenho dos indicadores económicos, nomeadamente, do EBITDA para

os próximos anos. Espera-se, assim, que 2016 será o primeiro ano de estabilização de resultados correntes positivos.

No final do semestre, a empresa tinha implementado a totalidade das medidas previstas no PER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o semestre findo em 30 de Junho de 2016.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste período.

Estima-se assim, que nos próximos exercícios, se concretize a melhoria dos Capitais Próprios em resultado da integral aplicação das medidas do PER e outras e que a empresa regressará, brevemente, à situação de dispor de Capitais Próprios positivos.

Queluz de Baixo, 30 de Agosto de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, catálogos, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de publicações, impressos comerciais e listas telefónicas.

O processo Especial de Revitalização ("PER"), requerido pela Empresa em finais de 2012, transitou em julgado em 3 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

No 1º semestre de 2016, o efeito das medidas operadas no âmbito do referido Plano, assim como a renegociação subsequente relacionada com as dívidas reestruturadas no âmbito do PER, teve o seguinte impacto negativo de 637 345 euros nos resultados da Empresa:

. Descontos de dívida (regularizações)	(839 733 euros)
. Impostos diferidos passivos (reversão)	202 388 euros

Os efeitos do PER estão detalhados nas notas respetivas.

De referir, adicionalmente, que desde a apresentação do PER que a Empresa cumpre atempadamente as suas responsabilidades ao abrigo do referido plano.

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de agosto de 2016.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 38,68% do capital social.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2015, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral consolidado. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação financeira na empresa, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados em resultados do exercício, quando incorridos.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das Empresas do grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do grupo é o Euro.

2.4 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador ("*Software*") e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão com a Heska Portuguesa, S.A. ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Classe Homogénea</u>	<u>Anos</u>
Sotware	3
Direitos contratuais	13

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de

aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As melhorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

A vida útil estimada dos ativos é revista a cada data de relato financeiro, sendo qualquer alteração identificada aplicada prospectivamente.

2.6 Imparidade de ativos

O Grupo efetua a avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem *cash flows* independentes, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos

diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O *Goodwill*, os Ativos Intangíveis sem vida útil definida e os Ativos Intangíveis em curso são testados por imparidade anualmente.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Existências

As existências do Grupo correspondem essencialmente a papel, tintas e chapas.

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

2.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos

financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O justo valor de ativos financeiros é mensurado com base nos preços observáveis em mercado ativo, ou em métodos/técnicas de avaliação, quando o mercado ativo é inexistente. Um mercado é tido por mercado ativo quando os seus agentes transacionam regularmente.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontrem cotados em mercados líquidos, são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização a curto prazo (passivos financeiros detidos para negociação e instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura) são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expirem.

2.9.1 Cientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos *cash-flows* esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.9.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.9.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda correspondem a instrumentos financeiros não derivados designados nesta categoria, ou a instrumentos financeiros que não são classificados como clientes e outras contas a receber, ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Estes instrumentos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo

valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade. Quando os ativos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sujeitos a perdas de imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos em resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros.

2.9.4 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.9.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.9.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

2.11 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto

ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas, ou até ao limite de compensação dos efeitos de liquidação de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill* ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, estes não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período de reversão da diferença temporária, e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.13 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de conclusão ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

2.14 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.15 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.16 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nessa base. O principal responsável pela tomada de decisão do Grupo é o Conselho de Administração.

2.17 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.18 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo número total de ações deduzido do número de ações próprias.

2.19 Capitalização de juros

Os custos de empréstimos relativos a ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo se encontre em condição de uso, sendo os restantes custos com empréstimos reconhecidos, quando ocorrerem, em resultados do exercício.

2.20 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe, numa ótica de mera prudência, a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

O Grupo mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica, S.A.	Barcarena	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	2º. trimestre de 2016	2º. trimestre de 2015
Revistas	5 684 439	6 079 098	2 964 451	3 307 940
Jornais e suplementos	1 648 926	1 848 032	833 764	1 004 823
Catálogos e folhetos	1 656 325	1 485 101	780 204	671 978
Listas	104 012	142 079	3 958	82 758
Outros	392 998	273 090	207 887	135 946
	<u>9 486 700</u>	<u>9 827 400</u>	<u>4 790 264</u>	<u>5 203 445</u>

Em 30 de junho de 2016, esta rubrica inclui 2 790 euros decorrente de transações com entidades relacionadas.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30 junho de 2016	30 junho de 2015	2º. trimestre de 2016	2º. trimestre de 2015
Aluguer de instalações (a)	302 583	302 883	151 291	151 591
Imputações de custos (b)	35 225	38 009	15 144	18 609
Outros proveitos operacionais	<u>456 223</u>	<u>230 469</u>	<u>452 592</u>	<u>202 210</u>
	<u>794 031</u>	<u>571 361</u>	<u>619 027</u>	<u>372 410</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações do Grupo que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, esta rubrica foi determinada como segue:

	<u>30 de junho de 2016</u>	<u>30 de junho de 2015</u>	<u>2º. trimestre de 2016</u>	<u>2º. trimestre de 2015</u>
Mercadorias	12.304	7.442	12.304	4.286
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>2.906.371</u>	<u>2.996.416</u>	<u>1.444.383</u>	<u>1.614.311</u>
	<u><u>2.918.675</u></u>	<u><u>3.003.858</u></u>	<u><u>1.456.687</u></u>	<u><u>1.618.597</u></u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, esta rubrica teve a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2016</u>	<u>30 de junho de 2015</u>	<u>2º. trimestre de 2016</u>	<u>2º. trimestre de 2015</u>
Subcontratos	201.836	195.184	100.489	104.786
Eletricidade	703.276	712.045	342.962	358.500
Combustíveis e outros fluídos	201.257	245.369	97.060	122.711
Rendas e alugueres (a)	782.445	966.466	391.490	493.112
Transportes de mercadorias	88.900	112.142	48.800	57.731
Conservação e reparação	290.091	217.396	120.197	110.565
Trabalhos especializados	199.621	226.802	92.248	112.472
Outros	<u>299.449</u>	<u>296.292</u>	<u>157.172</u>	<u>156.225</u>
	<u><u>2.766.875</u></u>	<u><u>2.971.696</u></u>	<u><u>1.350.418</u></u>	<u><u>1.516.102</u></u>

(a) Em 30 de junho de 2016, esta rubrica inclui o montante de 244 254 euros decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 26).

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2016 e 2015, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), atualmente denominada NB – Património, S.A., pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008, 30 de novembro de 2010, acordo de 29 de abril de 2013, no qual se reduziu a área ocupada em cerca de 3.500 m² e acordo de 12 de outubro de 2015, onde se fixaram os valores de rendas mensais até final de 2017.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos a contratos de locação operacional, são conforme segue:

30 junho de 2016			
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	720 726	58 800	779 526

30 junho de 2015			
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	904 254	58 800	963 054

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os custos com o pessoal foram os seguintes:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	trimestre de 2016	2º. trimestre de 2015
Salários e remunerações:				
Órgãos sociais	177 463	178 400	85 388	86 325
Pessoal	1 915 125	1 900 932	889 049	918 676
Encargos sobre remunerações	480 280	480 743	226 158	232 187
Outros custos com o pessoal	755 160	813 532	619 795	640 697
	<u>3 328 028</u>	<u>3 373 607</u>	<u>1 820 390</u>	<u>1 877 885</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço do Grupo foi de 200 e 216, respetivamente.

10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 30 de junho de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	2º trimestre de 2016	2º trimestre de 2015
Impostos (a)	37 436	45 741	17 848	21 167
Descontos de pronto pagamento concedidos	46 663	50 952	23 554	23 025
Correções relativas a exercícios anteriores	254	4 874	-	3 771
Despesas não documentadas	167	-	(46)	-
Regularização do desconto da dívida (PER):				
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	250 582	268 160	124 174	133 153
Outros passivos correntes e não correntes (Nota 23)	357 916	159 638	164 088	63 638
Regularização IVA (PER) (b)	7 086	-	-	-
Outros	9 816	26 243	9 390	25 557
	<u>709 920</u>	<u>555 608</u>	<u>339 008</u>	<u>270 311</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos a imposto do selo sobre transações bancárias, nomeadamente, juros financiamento, emissão de letras e garantias.

(b) Montante referente à regularização do IVA sobre o perdão da dívida (PER) por parte de alguns fornecedores.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	2º trimestre de 2016	2º trimestre de 2015
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados	338 420	349 645	165 558	155 607
Regularização do desconto da dívida (PER):				
.Financiamentos (Nota 21)	182 821	429 512	54 391	218 079
.Locações financeiras (Nota 22)	48 414	145 468	(23 215)	73 774
Regularização do desconto da dívida (Outros):				
.Financiamentos (Nota 21))	5 875	7 311	5 620	7 311
.Locações financeiras (Nota 22)	21 012	-	(1 834)	-
Outros custos financeiros	50 668	68 031	24 217	39 728
	<u>647 210</u>	<u>999 967</u>	<u>224 737</u>	<u>494 499</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	112	9 239	101	11
Outros proveitos financeiros	5 091	20 042	2 991	16 191
	<u>5 203</u>	<u>29 281</u>	<u>3 092</u>	<u>16 202</u>
Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(642 007)</u>	<u>(970 686)</u>	<u>(221 645)</u>	<u>(478 297)</u>

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no trimestre findo em 30 de junho de 2016, foi como segue:

	Ativos por impostos		Passivos por			Total
	impostos diferidos		impostos diferidos			
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do governo	Desconto das dívidas PER	Desconto de outras dívidas	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	168 154	168 154	2 965	3 272 137	262 938	3 706 194
Aumento em resultados	-	-	-	-	-	-
Redução em resultados	12 456	12 456	-	191 644	10 743	214 843
Saldo em 31 março de 2016	155 698	155 698	2 965	3 080 493	252 195	3 491 351

Em 30 de junho de 2016, os passivos por impostos diferidos no montante de 155.598 euros estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. A expectativa do Grupo é a de que o excedente daquele valor relativo aos prejuízos fiscais reportáveis não é realizável ou exigível no período de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Outras informações:

No exercício de 2007, a Lisgráfica foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 260.000 euros, tendo sido dado como penhor um equipamento no montante de 350.853 euros (Nota 28). A Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que aquelas não têm fundamento, tendo inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direção Geral dos Impostos a liquidação adicional referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Lisgráfica não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) às contas do exercício de 2012 e 2013. No entanto, no seguimento dos relatórios emitidos em 2015, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou as duas correções identificadas as quais resultaram em liquidações adicionais de IRC (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 235.576 euros (147.403 euros em 2012 e 88.173 euros em 2013), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária. Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do semestre findo em 30 de junho de 2016.

14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações e de aquisições nos montantes de 488 337 euros e 31 645 euros, respetivamente.

15. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 junho de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA ("Rasográfica") (Nota 26) (a)	1 678 881	-	1 678 881	1 765 023
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 26)	5 920 227	(5 920 127)	100	-
NB Património, S.A. (Ex - ESAF) (b)	1 580 223	-	1 580 223	1 580 223
Grafimadeira, S.A.	196 769	-	196 769	208 815
Depósitos a prazo (c)	85 317	-	85 317	85 317
	<u>9 461 417</u>	<u>(5 920 127)</u>	<u>3 541 290</u>	<u>3 639 458</u>

- (a) O montante apresentado inclui 1.260.000 euros corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato de arrendamento pelo que foi registado como não corrente.
- (b) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a NB Património, S.A (ex – ESAF). No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado como não corrente.
- (c) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

16. EXISTÊNCIAS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 junho de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	<u>385 388</u>	<u>385 388</u>	<u>326 235</u>	<u>326 235</u>
	<u>385 388</u>	<u>385 388</u>	<u>326 235</u>	<u>326 235</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 junho de 2016			31 dezembro de 2015			
	Valor bruto	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade (Nota 28) Valor líquido	Valor bruto	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade (Nota 28) Valor líquido	Valor líquido
Não correntes:							
Cientes	5 449 634	(15 444)	(4 630 025) 804 165	5 449 634	(15 444)	(4 630 025) 804 165	804 165
	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u> <u>804 165</u>	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u> <u>804 165</u>	<u>804 165</u>
Correntes:							
Cientes (a)	12 461 990	(5 566)	(7 890 348) 4 566 076	12 048 866	(5 566)	(7 930 280) 4 113 020	4 113 020
Rappel a liquidar	(303 744)	-	(303 744) 4 262 332	(308 505)	-	(308 505) 3 804 515	(308 505)
	<u>17 607 880</u>	<u>(5 566)</u>	<u>(7 890 348)</u> <u>4 262 332</u>	<u>11 740 361</u>	<u>-</u>	<u>(7 930 280)</u> <u>3 804 515</u>	<u>3 804 515</u>
Total	<u>23 057 514</u>	<u>(21 010)</u>	<u>(12 520 373)</u> <u>5 066 497</u>	<u>17 189 995</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(12 560 305)</u> <u>4 608 680</u>	<u>4 608 680</u>

(a) Em 30 de junho de 2016, esta rubrica engloba o montante de 3 419 euros proveniente de transações com a Gestprint (Nota 26).

18. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	324 310	315 327
Rasográfica (Nota 26)	863 318	808 183
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	-	11 182
Seguros	10 562	18 950
Imposto sobre o valor acrescentado	264 446	307 035
Outros diferimentos	28 637	995
Adiantamentos a fornecedores	36 635	36 635
Adiantamentos ao pessoal	7 432	13 732
	<u>1 535 340</u>	<u>1 512 039</u>

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante

de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015
Numerário	3 720	3 700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	854 174	957 717
Caixa e depósitos bancários	857 894	961 417
Descobertos bancários (Nota 21)	(23 385)	-
Caixa e seus equivalentes	<u>834 509</u>	<u>961 417</u>

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aplicação resultado 2015	Aquisição ações próprias	Resultado líquido do período	Saldo em 30 de junho de 2016
Capital	9 334 831	-	-	-	9 334 831
Ações próprias	(527 531)	-	-	-	(527 531)
Reserva legal	1 866 966	-	-	-	1 866 966
Outras reservas	7 923 900	-	-	-	7 923 900
Resultados transitados	(35 349 797)	(1 465 584)	-	-	(36 815 381)
Excedentes de revalorização de ativos	34 955	-	-	-	34 955
Outras variações no capital próprio	5 152 807	-	-	-	5 152 807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(1 465 584)</u>	<u>1 465 584</u>	<u>-</u>	<u>(987 901)</u>	<u>(987 901)</u>
	<u>(13 029 453)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(987 901)</u>	<u>(14 017 354)</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Porcentagem
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A.	95 196 620	50,99%
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	72 223 016	38,68%
Outros, inferior a 10% do capital	19 276 984	10,33%
	<u>186 696 620</u>	<u>100,00%</u>

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha 1.387.459 ações próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas – Esta rubrica resulta, da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de junho de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	não correntes	correntes	não correntes	correntes
Financiamentos bancários (a)	7 708 911	1010 122	7 664 560	963 831
Outros financiamentos (b)	1 129 570	55 407	1 077 782	55 407
Descobertos bancários	-	23 385	-	-
Factoring (c)	-	2 793 257	-	2 570 341
Letras descontadas (d)	418 881	172 284	505 023	172 284
Cheques pré-datados (e)	-	308 007	-	244 275
Juros a liquidar	-	-	-	53 365
	<u>9 257 362</u>	<u>4 362 462</u>	<u>9 247 365</u>	<u>4 059 503</u>

A rubrica de empréstimos obtidos registou no período findo em 30 de junho de 2016 o impacto de 182 821 euros resultante da regularização do desconto da dívida PER (Nota 11).

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	não correntes	correntes	Total	não correntes	correntes	Total
NovoBanco (i)	182 937	32 105	215 042	188 148	32 381	220 529
BCP (i)	6 114 943	678 132	6 793 075	6 091 765	652 966	6 744 731
BarclaysBank, S.A. ("Barclays") (i)	158 700	27 852	186 552	148 972	28 091	177 063
Montepio Geral ("Montepio") (i)	58 084	10 838	68 922	61 415	10 281	71 696
Banco Popular, S.A. ("BP") (i)	25 558	4 498	30 056	32 327	4 543	36 870
Banco Santander (ex- Banif)	461 697	81 029	542 726	381 471	81 724	463 195
CGD (i)	269 540	45 878	315 418	293 751	45 916	339 667
Banco Efisa (i)	100 770	17 685	118 455	104 943	17 837	122 780
BCP (ii)	<u>336 682</u>	<u>112 105</u>	<u>448 787</u>	<u>361 768</u>	<u>90 092</u>	<u>361 768</u>
	<u>7 708 911</u>	<u>1010 122</u>	<u>8 719 033</u>	<u>7 664 560</u>	<u>963 831</u>	<u>8 538 299</u>

- (i) Montantes relativos aos financiamentos, concedidos pelas várias entidades bancárias acima identificadas, que se encontram ao abrigo do PER, ajustados após o perdão da dívida e o respetivo desconto da dívida com referência a 30 junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015. A aplicação do definido no Plano Especial de Recuperação implicou o reconhecimento de um

perdão de dívida de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos à data, o qual teve efeito nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Estes empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 2% a regularizar da seguinte forma:

- 90 % em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de pagamento de capital e juros vencidos por um período de 24 meses, tendo-se iniciado a amortização em maio de 2015, exceto para o BCP que apenas se iniciará em maio de 2016, em virtude da renegociação efetuada em 2015 relativa ao plano de reembolso e para a Caixa Geral de Depósitos cuja amortização apenas se iniciou em janeiro de 2016;
- 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.

- (ii) Financiamento concedido pelo BCP em julho de 2014, no montante de 600.000 euros, sob a forma de mútuo, a regularizar em 80 prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor a 3 meses mais um spread de 2%, tendo se iniciado a amortização em abril de 2016.

O montante resultante da regularização do desconto foi de 5 875 euros (nota 11).

Em 30 de junho de 2016, o plano de reembolso (capital + juros) dos empréstimos obtidos é o seguinte:

	30 de junho de 2016
2016	515 670
2017	1 031 887
2018	1 031 887
2019	1 031 887
2020	1 031 887
2021 e seguintes	9 356 362
	<u>13 483 910</u>
Total	<u>13 999 580</u>

De acordo com o artigo 218.º do Código da Insolvência e da Recuperação da Empresa, as moratórias e os perdões previstos nos Planos de Recuperação e de Revitalização pela Lisgráfica ficam sem efeito quando as condições e / ou as prestações estabelecidas ou previstas em tais Planos não forem cumpridas. Consequentemente, em caso do incumprimento do Plano de Revitalização pela Lisgráfica, os Bancos poderão exigir à Empresa o pagamento da dívida total inicialmente reclamada e reconhecida pelo Administrador Judicial Provisório (acrescida de eventuais juros aplicáveis) sem a aplicação de qualquer perdão.

- (b) Em 30 junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros financiamentos" tem a seguinte composição:

	30 de junho de 2016		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	415 454	55 407	470 861
Acionistas (ii)	100 000	-	100 000
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	614 116	-	614 116
	<u>1 129 570</u>	<u>55 407</u>	<u>1 184 977</u>

	31 de dezembro de 2015		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	394 873	55 407	450 280
Acionistas (ii)	100 000	-	100 000
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	582 909	-	582 909
	<u>1 077 782</u>	<u>55 407</u>	<u>1 133 189</u>

- (i) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tinha um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de dezembro de 2014, o Grupo amortizou 4.449.662 euros e encontra-se em dívida o montante de 717.545 euros (valor nominal), cuja regularização se encontra prevista ao abrigo do PER, nos termos e condições aprovados:
- . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 30 de junho de 2016, não foi iniciado o pagamento pois aguarda a assinatura do contrato;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.
- O montante em dívida foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 euros (Nota 27). O Grupo mantém também um depósito a prazo, no montante de 85.317 euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida quantia (Nota 15) uma vez que terá de ser 25% desta.
- (ii) O Grupo, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso, com início em junho de 2017.
- (iii) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 308 007 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2016</u>		<u>31 de dezembro de 2015</u>	
	<u>Passivos não correntes</u>	<u>Passivos correntes</u>	<u>Passivos não correntes</u>	<u>Passivos correntes</u>
Credores por locações financeiras	<u>2 431 958</u>	<u>388 625</u>	<u>2 514 228</u>	<u>288 228</u>

Relativamente aos contratos de locação financeira celebrados com o MillenniumBCP, em virtude da renegociação efetuada em 2015, apenas se iniciará a amortização de capital a partir de maio de 2016.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a rubrica de Credores por locações financeiras registou o impacto resultante do PER de 48 414 euros referente à regularização do desconto da dívida PER (Nota 11).

Adicionalmente, relativamente a locações financeiras efetuadas após o PER, há a registar a regularização do montante da dívida de 21 012 euros (nota 11).

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as locações financeiras têm o plano de reembolso (capital + juro) seguinte:

	<u>30 de junho de 2016</u>
2016	203 402
2017	382 999
2018	396 077
2019	389 948
2020	383 158
2021 e seguintes	2 475 227
	<u>4 027 409</u>
Total	<u>4 230 811</u>
Encargo financeiro suportado	<u>(1 410 228)</u>
Valor atualizado locações financeiras	<u>2 820 583</u>
	<u>31 dezembro de 2015</u>
2015	307 122
2016	401 546
2017	395 418
2018	389 288
2019	383 158
2020 e seguintes	3 073 192
	<u>4 642 602</u>
Total	<u>4 949 724</u>
Encargo financeiro suportado	<u>(2 147 168)</u>
Valor atualizado locações financeiras	<u>2 802 556</u>

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos correntes		Passivos não correntes	
	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015
Sector público estatal (a)	1 156 197	1 237 985	2 631 157	2 528 276
Credores diversos				
Indemnizações a liquidar	535 830	313 280	-	-
Contrato de impressão (b)	282 119	282 119	665 946	682 900
Proveitos diferidos:				
Subsidio ao investimento	8 705	13 177	-	-
Vendas	275 000	-	-	-
	<u>2 257 851</u>	<u>1 846 561</u>	<u>3 297 103</u>	<u>3 211 176</u>

(a) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos correntes		Passivos não correntes	
	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015	30 junho de 2016	31 dezembro de 2015
Imposto sobre o valor acrescentado	-	4 327	-	-
Contribuições para a segurança social	207 970	244 012	-	-
Impostos sobre rendimentos pessoas individuais	78 001	108 901	-	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos:				
Segurança Social (i)	232 969	232 968	2 225 105	2 049 243
Autoridade Tributária (i)	113 089	113 089	406 052	479 033
Juros a liquidar - dívidas integradas em planos de pagamentos	521 213	532 302	-	-
Outros	2 955	2 386	-	-
	<u>1 156 197</u>	<u>1 237 985</u>	<u>2 631 157</u>	<u>2 528 276</u>

(i) No exercício de 2003, o Grupo solicitou à Segurança Social e Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e estão a ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

. Autoridade Tributária (AT) :

. Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em agosto de 2013;

. Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.

. Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :

. Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em maio de 2014;

. Perdão de 80% dos juros vencidos.

De forma a garantir parte das prestações, o Grupo mantém ativa a seguinte garantia bancária:

. 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 274 113 euros (Nota 10).

Desde a apresentação do PER que as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS têm sido liquidadas atempadamente.

(b) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, este montante corresponde a um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 euros até outubro de 2022 (Nota 13). Em 30 de junho de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 83 803 euros (Nota 10).

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2016</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 553 186	3 648 856
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	586 788
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	58 636
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	114 723
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1 130 097
Fornecimentos e serviços externos	-	382 229
Outros e gastos e perdas	-	92 900
	<u>3 553 186</u>	<u>6 014 229</u>

	31 de dezembro de 2015	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 673 047	3 515 846
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	595 468
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	56 858
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar		121911
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1077 917
Fornecimentos e serviços externos	-	332 216
Outros e gastos e perdas	-	105 291
	<u>3 673 047</u>	<u>5 805 507</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o impacto da regularização do desconto da dívida resultante do PER foi de 250 582 e 268 160 euros, respetivamente (Nota 10).

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 junho de 2016		31 dezembro de 2015	
	<u>Ativo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>	<u>Ativo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Pagamento especial por conta	357 651	-	336 580	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	55 392	-	45 770
	<u>357 651</u>	<u>55 392</u>	<u>336 580</u>	<u>45 770</u>

Em virtude de não ser possível a recuperação dos pagamentos especiais por conta pela via dos resultados fiscais gerados em períodos futuros, a Lisgráfica submeteu requerimentos à Administração Fiscal (AT) para efeitos do seu reembolso, aguardando as respetivas inspeções para os exercícios de 2010, 2011, 2013 e 2014, tendo sido suportado o custo de 20.890 euros para esse efeito.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Foram identificadas como partes relacionadas do Grupo as seguintes entidades:

- . Acionistas:
 - Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, SA

- Gestprint – Gestão de Participações Sociais, S.A

. Conselho de Administração

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

	30 de junho de 2016							
	Saldos				Transações			
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Clientes	Fornecedores e contas a pagar	Empréstimo obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Vendas	Custos com o pessoal
(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 10)	(Nota 9)	
Acionistas:								
Rasográfica (a)	1 678 881	863 318		-	100 000	244 254	-	-
Gestprint (b)	5 920 128	-	3 419	-	-	-	2 780	-
Conselho de Administração	-	-		324 552	-	-	-	178 400
	<u>7 599 009</u>	<u>863 318</u>	<u>3 419</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>244 254</u>	<u>2 780</u>	<u>178 400</u>

	31 de dezembro de 2015					
	Saldos				Transações	
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Fornecedores e contas a pagar	Empréstimos obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal
(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 9)	
Acionistas:						
Rasográfica (a)	1 765 023	808 183	-	100 000	488 508	-
Gestprint (b)	5 477 327	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	324 552	-	-	515 085
	<u>7 242 350</u>	<u>808 183</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>488 508</u>	<u>515 085</u>

(a) O montante de 2.542.199 euros é constituído por:

- 1 260 000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato pelo que foi registado como não corrente;
- 1 282 199 euros dos quais 591 161 euros se encontram titulados por 2 letras descontadas numa instituição financeira. O montante de 418 881 euros foi registado como não corrente.

(b) Em 30 de junho de 2016, a Empresa tem a receber da Gestprint o montante de 5 920 128 euros, o qual tem constituída perda por imparidade de igual montante, por se ter concluído não haver viabilidade do seu recebimento devido à incapacidade financeira da devedora.

O montante de 244 254 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em 30 de setembro de 2017 (Nota 8).

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

27. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2 889 135 euros que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2 540 548	2 540 548
IAPMEI (b)	Banif	341267	341267
Câmara Municipal de Almada (c)	BES	7 320	7 320
		<u>2 889 135</u>	<u>2 889 135</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23).
- (b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).
- (c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos bancários	20 240 000	20 240 000
Locações financeiras	140 785	140 785
Fornecedores	-	275 809
Estado e outros entes públicos	3 234 137	2 936 351
	<u>23 614 922</u>	<u>23 592 945</u>

Em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, em 2010, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela NB Património, S.A. (ex - ESAF), para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

28. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade no semestre findo em 30 de junho de 2016 é conforme segue:

	Clientes e contas a receber (Nota 17)	Outros ativos não correntes (Nota 15)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12 560 305	5 477 327	18 037 632
Aumentos	-	442 800	442 800
Reduções	2 000	-	2 000
Utilizações	<u>37 932</u>	<u>-</u>	<u>37 932</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u><u>12 520 373</u></u>	<u><u>5 920 127</u></u>	<u><u>18 520 365</u></u>

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 30 de junho de 2016 e 2015 foi negativo de 0,0053 euros e negativo de 0,0076 euros, respetivamente.

	30 junho de 2016	30 junho de 2015
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(987 901)</u>	<u>(1 416 176)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186 696 620	186 696 620
Número de ações próprias	(1 387 459)	(1 387 459)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído	<u><u>185 309 161</u></u>	<u><u>186 199 325</u></u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0053)	(0,0076)
Diluído	(0,0053)	(0,0076)

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	<u>30 de junho de 2016</u>	<u>30 de junho de 2015</u>
Imposto corrente	9 650	10 679
Imposto diferido (Nota 12)	<u>(202 388)</u>	<u>(232 229)</u>
	<u>(192 738)</u>	<u>(221 550)</u>

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	Não auditado 30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	Não auditado 30 de junho de 2015
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	13	1 998 072	2 164 800	2 331 505
Activos fixos tangíveis	14	7 193 954	7 650 646	7 660 103
Investimentos financeiros		380	197	-
Activos por impostos diferidos	12	155 698	168 154	180 610
Cientes e contas a receber	17	804 165	804 165	828 349
Outros activos não correntes	15	3 541 290	3 639 378	3 973 891
Total de activos não correntes		<u>13 693 559</u>	<u>14 427 340</u>	<u>14 974 458</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	16	385 388	326 235	247 559
Cientes e contas a receber	17	4 262 332	3 804 515	4 693 214
Outros activos correntes	18	1 535 340	1 512 039	2 299 482
Imposto sobre o rendimento	25	357 651	336 580	315 973
Caixa e seus equivalentes	19	857 894	961 417	460 066
Total de activos correntes		<u>7 398 605</u>	<u>6 940 786</u>	<u>8 016 294</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>21 092 164</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>	<u><u>22 990 752</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	20	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	8 769 724	8 769 724	8 769 724
Resultados transitados		(31 134 008)	(29 668 424)	(29 668 424)
Resultado consolidado líquido do exercício		(987 901)	(1 465 584)	(1 416 176)
Total do capital próprio		<u>(14 017 354)</u>	<u>(13 029 453)</u>	<u>(12 980 045)</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	9 257 362	9 247 365	9 221 753
Locações financeiras	22	2 431 958	2 514 228	2 663 950
Outros passivos não correntes	23	3 297 103	3 211 176	3 496 299
Fornecedores e contas a pagar	24	3 553 186	3 673 047	4 299 593
Passivos por impostos diferidos	12	3 491 350	3 706 194	3 831 849
Total de passivos não correntes		<u>22 030 959</u>	<u>22 352 010</u>	<u>23 513 444</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	4 362 462	4 059 503	3 836 080
Locações financeiras	22	388 625	288 228	408 617
Fornecedores e contas a pagar	24	6 014 229	5 805 507	6 434 781
Outros passivos correntes	23	2 257 851	1 846 561	1 720 378
Imposto sobre o rendimento	25	55 392	45 770	57 497
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>13 078 559</u></u>	<u><u>12 045 569</u></u>	<u><u>12 457 353</u></u>
		<u><u>21 092 164</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>	<u><u>22 990 752</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	Segundo trimestre de 2016	Segundo trimestre 2015
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	5	9 486 700	9 827 400	4 790 264	5 203 445
Outros proveitos operacionais	6	794 031	571 361	619 027	372 410
Total de proveitos operacionais		<u>10 280 731</u>	<u>10 398 761</u>	<u>5 409 291</u>	<u>5 575 855</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	7	(2 918 675)	(3 003 858)	(1 456 687)	(1 618 597)
Fornecimentos e serviços externos	8	(2 766 875)	(2 971 696)	(1 350 418)	(1 516 102)
Custos com o pessoal	9	(3 328 028)	(3 373 607)	(1 820 390)	(1 877 885)
Amortizações		(655 065)	(1 165 819)	(323 822)	(582 993)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(440 800)	4 787	(440 800)	4 787
Outros custos operacionais	10	(709 920)	(555 608)	(339 008)	(270 311)
Total de custos operacionais		<u>(10 819 363)</u>	<u>(11 065 801)</u>	<u>(5 731 125)</u>	<u>(5 861 101)</u>
Resultados operacionais		<u>(538 632)</u>	<u>(667 040)</u>	<u>(321 834)</u>	<u>(285 246)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(642 007)	(970 686)	(221 645)	(478 297)
Resultados antes de impostos		<u>(1 180 639)</u>	<u>(1 637 726)</u>	<u>(543 479)</u>	<u>(763 543)</u>
IMPOSTOS:					
Correntes	30	(9 650)	(10 679)	(5 594)	(6 250)
Diferidos	30	202 388	232 229	80 124	115 988
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(987 901)</u>	<u>(1 416 176)</u>	<u>(468 949)</u>	<u>(653 805)</u>
Rendimento integral		<u>(987 901)</u>	<u>(1 416 176)</u>	<u>(468 949)</u>	<u>(653 805)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(987 901)</u>	<u>(1 416 176)</u>	<u>(468 949)</u>	<u>(653 805)</u>
Resultado por acção					
Básico	29	(0.0053)	(0.0076)	(0.0025)	(0.0035)
Diluído	29	(0.0053)	(0.0076)	(0.0025)	(0.0035)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de junho de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

<u>Não auditado</u>	<u>Capital</u>	<u>Ações próprias</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Excedentes valorização ativos</u>	<u>Outras variações no capital próprio</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	9 334 831	(527 531)	1 866 966	7 923 900	(31 721 179)	34 955	5 152 807	(3 628 620)	(11 563 871)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-	(3 628 620)	-	-	3 628 620	-
Aquisição ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1 465 584)	(1 465 584)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(35 349 799)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(1 465 584)</u>	<u>(13 029 453)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	(1 465 584)	-	-	1 465 584	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de Junho de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(987 901)	(987 901)
Saldo em 30 de Junho de 2016	<u><u>9 334 831</u></u>	<u><u>(527 531)</u></u>	<u><u>1 866 966</u></u>	<u><u>7 923 900</u></u>	<u><u>(36 815 383)</u></u>	<u><u>34 955</u></u>	<u><u>5 152 807</u></u>	<u><u>(987 901)</u></u>	<u><u>(14 017 354)</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de junho de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado			
		30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	Segundo trimestre 2016	Segundo trimestre 2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		10 449 221	10 939 162	5 290 506	5 686 374
Pagamentos a fornecedores		(6 261 870)	(6 519 487)	(3 023 052)	(3 500 670)
Pagamentos ao pessoal		(3 243 560)	(3 640 873)	(1 622 821)	(1 749 633)
Fluxos gerados pelas operações		943 791	778 802	644 633	436 071
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(21 071)	(20 816)	(500)	-
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		(283 686)	(262 138)	(100 195)	(207 760)
Fluxos das actividades operacionais (1)		639 034	495 848	543 938	228 311
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		5 552	-	-	-
Activos fixos tangíveis		-	15 000	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-	-
Juros e proveitos similares		-	-	-	-
		5 552	15 000	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		(14 500)	-	-	-
Activos fixos tangíveis		(150 000)	(150 000)	(75 000)	(150 000)
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		(158 948)	(135 000)	(75 000)	(150 000)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	-	-	-
		-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(188 306)	(8 553)	(145 635)	(8 553)
Amortizações de contratos de locação financeira		(51 299)	-	(42 809)	-
Juros e custos similares		(367 389)	(171 392)	(246 270)	(32 507)
		(606 994)	(179 945)	(434 714)	(41 060)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(606 994)	(179 945)	(434 714)	(41 060)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(126 908)	180 903	34 224	37 251
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	961 417	279 163	809 233	392 815
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	834 509	460 066	843 457	430 066

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2016.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

José Pedro Franco Brás Monteiro